

RELATÓRIO E CONTAS
2005



INDIVIDUAL E CONSOLIDADO

RELATÓRIO E CONTAS

2005



CONDURIL – CONSTRUTORA DURIENSE, SA
CAPITAL SOCIAL – 10 000 000 €
SEDE: AVª ENGº DUARTE PACHEO, 1835 ERMESINDE – VALOGO
SOCIEDADE ABERTA – PESSOA COLECTIVA Nº 500 070 210
REG. NA C.R.C. DO PORTO SOB O Nº 18673
ALVARÁ Nº 568

SUMÁRIO

ÓRGÃOS SOCIAIS
CONTAS INDIVIDUAIS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANEXOS
BALANÇO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO DE AUDITORIA
CONTAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO DE AUDITORIA

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Carlos António Soares de Noronha Dias (PRESIDENTE)
Francisco Leal Azevedo
Álvaro Duarte Neves Vaz

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luís Amorim Martins (PRESIDENTE)
Ademar Américo Soares Paiva
António Baraças Andrade Miragaia
Carlos da Silva Teixeira Mourão
Carmo Coelho Moreira Pereira
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Ricardo Manuel de Araújo Catarino

FISCAL ÚNICO

Crisóstomo Aquino de Barros (ROC)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Contas relativas ao ano de 2005.

1.

Não surpreendeu que a economia portuguesa se caracterizasse em 2005 pelo diminuto crescimento do produto nacional, com agravamento do nosso atraso relativamente aos nossos parceiros comunitários. O plano plurianual de estabilidade e crescimento a que o novo governo se comprometeu, face à reavaliação que fez do défice das contas públicas, elevando-o a nível muito superior ao orçamentado, implicou uma reorientação das políticas públicas, cujos efeitos mais imediatos foram os da imprevista subida do IVA, já que a redução das despesas se arrastará necessariamente no tempo, independentemente da justeza das políticas implementadas. O esforço da captação de investimento estrangeiro e a anunciada dinamização de grandes investimentos nacionais, de natureza pública ou privada, têm vindo a alimentar expectativas que se espera poderem vir a concretizar-se.

É sabido que o sector das obras públicas é dos que mais, e mais persistentemente, sofrem os efeitos da estagnação da economia, pelo que não surpreende que desde 2002 a crise se venha agudizando e subsistam más perspectivas, pelo menos para o ano de 2006. Mesmo que efectivamente decididas, as anunciadas grandes obras da OTA e do TGV demorarão bastante tempo até que arranquem os trabalhos no campo. Tratando-se inequivocamente de um sector importante da economia nacional, seja pelo emprego que oferece, seja pelo efeito multiplicador que provoca, compreende-se mal que, neste período de crise prolongada, não tenha sequer sido concretizada a revisão do Regime Jurídico das Obras Públicas, visando, nomeadamente, a reposição de mecanismos legais impeditivos de preços anormalmente baixos, a revisão dos prazos de garantias e de cauções, o aumento da objectividade dos critérios de adjudicação e o estabelecimento de medidas sancionatórias contra os atrasos exagerados nos pagamentos, por parte das entidades públicas. Neste contexto, bem se compreende a crescente mobilização das empresas para a internacionalização da sua actividade, com exigência de significativos esforços de investimento em recursos humanos, técnicos e financeiros.

2.

Na CONDURIL, e em consequência do plano estratégico implementado há já alguns anos e que vem sendo porfiadamente executado, o ano de 2005 consagrou, em absoluto, o carácter internacional da empresa, evidenciado pelo facto de a sua facturação directa efectuada no estrangeiro – Angola, Moçambique e Marrocos – ter sido superior a metade da facturação total, no contexto de certeza de que esse peso relativo aumentará em 2006 em resultado das encomendas em carteira.

Naturalmente que esta dispersão geográfica e internacional exige uma dinâmica específica na gestão dos factores de produção envolvidos, com realce para o de organização, atenta aos ajustamentos adequados aos diferentes ambientes sócio-políticos e jurídicos em que actuamos. Por outro lado, obriga a recrutamentos em qualidade, mas também em quantidade, de técnicos de engenharia e de direcção e gestão, dos vários níveis de responsabilidade e competência requeridos. A perspectiva de médio prazo torna-se indispensável à gestão das oportunidades que temos de reconhecer e aproveitar, exigindo que continuemos a redobrar os esforços de investimento – na qualificação das pessoas e do seu ambiente, e em meios técnicos e financeiros – que temos vindo a efectuar nos últimos anos.

3.

As condições económicas de exploração do sector das obras públicas em Portugal foram substancialmente agravadas pela cada vez maior contracção da procura, com efeitos insuportáveis nos preços que mantêm influência decisiva nos resultados dos concursos, com subalternização de outros factores distintivos. Também se assiste a um acréscimo de custos derivados de exageros do regime jurídico aplicável às empreitadas e cujo ajustamento vem sendo sucessivamente prometido e adiado, o mesmo sucedendo pelo que respeita à reforma da administração pública de que legitimamente se espera uma redução dos chamados custos de contexto.

Com a prática responsável de salvaguarda dos preços críticos de exploração, não podemos deixar de ver reduzidas as margens que seriam justas, sucessivamente agravadas pelos excessos da concorrência que parece não ter limites.

Temos intensificado a nossa participação nos concursos em Portugal e em todos os países em que estamos a trabalhar, com a agilização dos nossos serviços comerciais e de marketing nacionais e internacionais e com a oferta da qualidade dos trabalhos que produzimos. Procuramos alargar o espaço de actuação e participámos, recentemente, num amplo consórcio nacional para concursos de obras públicas de grande dimensão na Argélia.

Continuamos atentos a novas oportunidades de negócio e esperamos já em 2006 iniciar, em Angola, a exploração de investimentos em curso no domínio da produção de inertes e de betões asfálticos, com valores da ordem dos 10 milhões de euros.

4.

As vendas e prestação serviços cresceram 64% relativamente ao ano de 2004, atingindo o valor de 94.4 milhões de euros. Regista-se que 50.6% do total das vendas e prestações de serviços directas, sem consideração de 9.2 milhões de euros de trabalhos que efectuámos no seio de consórcios, foram processados no mercado externo e representam o aumento 83% face aos valores verificados no ano precedente.

A actividade externa assumiu particular relevo em Angola, seja pelo nível de actividade desenvolvida, seja pela dimensão e qualidade técnica de algumas obras realizadas. Em Moçambique a actividade desenvolve-se a um ritmo ligeiramente abaixo do previsto, com perspectivas moderadas de alguma recuperação. Em Marrocos integramos actualmente três consórcios, um dos quais, de que somos líderes, teve os seus trabalhos iniciados em fins de 2005, e um outro que está em fase final de preparação para arranque muito próximo.

O grupo detém em carteira empenhadas no valor de 366 milhões de euros, incluindo consórcios, e registou em 2005 a produção efectiva global de 100.3 milhões de euros, valor que estimamos cresça 20% no ano de 2006.

5.

O investimento em imobilizado corpóreo atingiu o elevado valor de 7.3 milhões de euros, dos quais 6.8 milhões em equipamentos exigidos pelo grande aumento verificado na produção e pela maior dispersão geográfica dos trabalhos.

Apesar do agravamento das condições de exploração, o cash flow operacional foi de 6.58 milhões de euros e os resultados financeiros beneficiaram de alguma recuperação da cotação do dólar. O resultado líquido do exercício de 3 626 308 euros quase duplicou relativamente ao apurado no ano de 2004.

A situação económico-financeira, na expressão dos índices mais utilizados no nosso sector de actividade apresenta, com os efeitos do significativo volume de investimento efectuado no ano, os seguintes valores: liquidez geral = 115, autonomia financeira = 26 e cobertura do imobilizado = 150.

6.

A gestão dos recursos humanos continuou a merecer-nos a atenção exigida pela certeza perene de que neles reside a força da empresa e que constitui uma característica relevante da nossa cultura empresarial e o escopo fundamental do exercício da nossa responsabilidade social. A internacionalização da empresa também neste sector provocou alterações, sendo notável que em 2005, menos de 50% dos nossos colaboradores desenvolveram a sua actividade em Portugal, em consequência do aumento de pessoas deslocadas e do significativo acréscimo de admissões locais.

Envolvendo os mais variados domínios da nossa actividade, efectuaram-se 35 cursos (incluindo 35 acções e 2 386 horas de formação), para 371 formandos e um volume de formação total de 7 242 horas. Para integração no nosso Sistema de Gestão da Qualidade NP

EN ISO 9001 2000, prosseguiram os trabalhos de implementação do Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho, segundo as normas NP 4397 e OHSAS 18001, que motivaram significativas melhorias que estão a ser efectuadas nas nossas instalações centrais e nas obras, tendo sido já realizada a primeira auditoria externa de certificação. A acreditação do nosso Laboratório Central, pelo Instituto Português da Qualidade e a certificação do nosso Sistema Geral da Qualidade pela APCER, foram sujeitas às auditorias externas anuais, com resultados favoráveis.

Para o Fundo de Pensões Conduril, que há muito elegemos como de primordial interesse para os nossos trabalhadores, efectuámos a contribuição de 431 782 euros que representa um crescimento de 13% relativamente à do ano de 2004 e eleva o seu valor para 3.5 milhões de euros, aumentando em 12% o nível de financiamento das responsabilidades, num bom processo de recuperação das fracas rentabilidades de períodos anteriores, derivados do comportamento negativo do mercado de capitais.

7.

As 200 000 acções próprias que mantemos em carteira não foram objecto de qualquer transacção em 2005.

A política de gestão do risco de câmbio, que se vai tornando mais relevante na medida do aumento da nossa actividade internacional, integra sistematicamente a agenda das reuniões periódicas do Conselho de Administração, no sentido do acompanhamento da evolução dos câmbios associados aos nossos investimentos no estrangeiro.

8.

Não obstante os esforços de investimento que fizemos e que teremos de reforçar em 2006, decidimos, em execução da política de dividendos que há muito praticamos – remunerar justamente o capital investido pelos accionistas, com salvaguarda das condições de progresso contínuo da empresa – que o resultado líquido do exercício de 3 626 308 euros tenha a aplicação seguinte:

- a. 360 000 € = para dividendos, a que correspondem 0.2 € por acção
- b. 182 000 € = para reforço da reserva legal;
- c. 2 689 305 € = para reservas livres;
- d. 395 003 € = para lucros não distribuídos.

9.

Aos nossos Clientes cumpre deixar os nossos agradecimentos e a garantia de que haveremos de continuar a merecer o fortalecimento das nossas relações comerciais.

Às congéneres com quem trabalhamos, aos bancos e aos fornecedores, deixamos o registo do agrado pelo resultado das nossas relações que esperamos venham a intensificar-se em proveito mútuo.

Aos nossos trabalhadores, e de modo especial àqueles que colaboraram directamente na nossa expansão internacional, deixamos a nota de reconhecimento pelo trabalho efectuado.

Ao Fiscal Único que durante muitos anos nos acompanhou como Revisor Oficial de Contas e que por razões pessoais nos vai deixar, é devido o agradecimento pela colaboração competente e interessada que sempre nos disponibilizou. Ao Auditor Independente também devemos o registo da sua participação empenhada.

Ermesinde, 6 de Março de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. Demonstração dos fluxos de caixa

unid. EUR

	2005		2004	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebido de clientes	62 494 224		49 175 006	
Pago a fornecedores	-47 422 245		-40 401 363	
Pagamentos ao pessoal	-12 496 792		-10 299 038	
Fluxo gerado pelas operações	2 575 187		-1 525 395	
Recebimento de imposto sobre o Rendimento	218 224			
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-905 081		-1 396 284	
Outros receb/pag relativos à activ. operacional	-4 808 195		-3 596 007	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-2 919 865		-6 517 686	
Rec. relacionados c/ rubricas extraordinárias	95 346		80 288	
Pag. relacionados c/ rubricas extraordinárias	-61 204		-54 058	
Fluxos das actividades operacionais (1)		-2 885 722		-6 491 456
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros			7 644 477	
Imobilizações corpóreas	13 000		41 029	
Juros e proveitos similares	91 915			
Dividendos	1 063 962	1 168 877		7 685 506
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações corpóreas	-139 584	-139 584	-623 981	-623 981
Fluxos das actividades de investimento (2)		1 029 293		7 061 525
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	12 419 783		11 416 822	
Juros e custos similares		12 419 783	11 107	11 427 929
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-6 380 640		-8 123 573	
Dividendos	-360 000		-198 000	
Amortização contratos locação financeira	-1 910 441			
Juros e custos similares	-961 081	-9 612 162	-1 142 389	-9 463 962
Fluxos das actividades de financiamento (3)		2 807 621		1 963 967
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		951 192		2 534 036
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 254 599		2 720 563
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 205 791		5 254 599

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

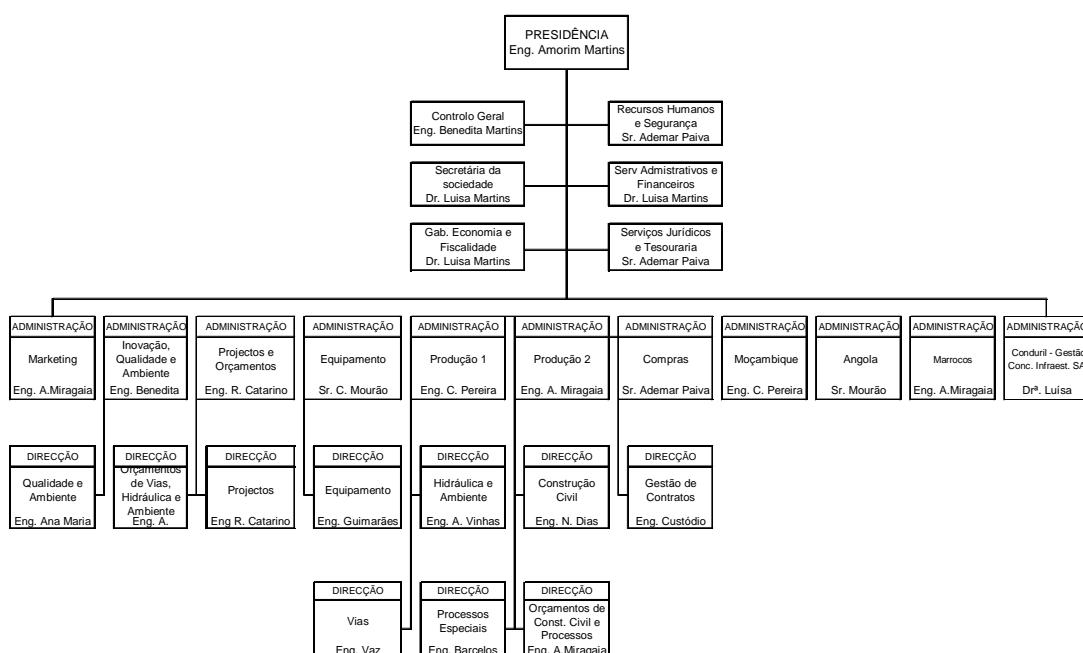
	2005	2004
Numerário	257 296	22 929
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5 948 495	5 231 670
Disponibilidades constantes do balanço	6 205 791	5 254 599

Nota: Relativamente aos números 1, 3, 4, e 5 nada há a referir

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA CONDURIL, S.A.

Capítulo I – Divulgação de informação

1. A repartição de competências, no quadro do processo de decisão empresarial, está representada no organograma seguinte:



2. As comissões e órgãos específicos criados na sociedade são:

Conselho Estratégico
Comissão de Análise dos Contratos
Controlo Geral

3. O nosso sistema de controlo de riscos assenta em três subsistemas:

- riscos de actividade, incluindo ambientais: desenvolvido sistematicamente segundo a NP EN ISO 9001, certificado anualmente pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação;
- riscos de câmbio: assente essencialmente em reuniões periódicas do Conselho de Administração, no sentido do acompanhamento da evolução dos câmbios associados aos investimentos no estrangeiro;
- riscos financeiros: desenvolvido por auditorias internas e controlo de execução dos planos anual e estratégico e por controlo orçamental das obras e dos serviços; e externamente por:
 - ROC – Dr. Crisóstomo Aquino de Barros – Certificador legal das contas
 - Auditor Independente – PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC Lda.

4. O movimento bolsista foi muito reduzido em 2005, tendo sido de 4.5 euros a última cotação efectuada.

Os dividendos líquidos correspondentes aos exercícios de 2002, 2003 e 2004 foram de 0.088, 0.11 e 0.2 euros, tendo sido pagos em 30.04.2003, 30.04.2004 e 15.06.2005, respectivamente.

5. A política de dividendos tem por objectivo fundamental a boa remuneração do capital investido pelos accionistas, numa repartição de resultados adequada à continuidade do progresso da empresa.
6. Não existem planos de atribuição de acções e ou de opções de aquisição de acções.
7. Entre a sociedade e qualquer dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, não há negócios significativos para qualquer das partes, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.
8. No Gabinete de Economia e Fiscalidade, está centralizado o tratamento de todas as questões formuladas pelos investidores, bem como dos esclarecimentos que forem necessários, sob a responsabilidade da Representante para as Relações com o Mercado, Dr^a. Maria Luísa Andrade de Amorim Martins, acessível em luisa@conduril.pt.
No *site* da sociedade, WWW.conduril.pt está disponível, nomeadamente, informação aos investidores: documentos de prestação de contas, convocatórias, eventos societários.
9. A Comissão de Vencimentos é constituída por três membros eleitos trienalmente em assembleia geral para atribuição das remunerações dos órgãos sociais. Actualmente é composta pelos administradores:

Eng^o. António Luís Amorim Martins
Sr. Carlos da Silva Teixeira Mourão
Eng^o. Carmo Coelho Moreira Pereira
10. Pagamentos em 2005 de auditoria e revisão de contas:

ao R.O.C. Dr. Crisóstomo Aquino de Barros – 13 942.60 euros.
ao auditor PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. – 12 600 euros.

Capítulo II – Exercício do direito de voto e representação dos accionistas

A cada 100 acções corresponde um voto e podem participar nas assembleias os accionistas que mostrem ter, até 10 dias antes da data da assembleia, acções que confirmam esse direito, podendo fazer-se representar, mediante carta dirigida ao presidente da assembleia geral.

O direito de voto pode ser exercido por correspondência desde que recebido na antevéspera do dia da assembleia, dirigido ao seu presidente, em sobrescrito fechado, para garantia da confidencialidade do voto. Não há a possibilidade do exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Capítulo III – Regras societárias

1. Existe um regulamento indicativo definindo competências e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração e um conjunto de normas avulsas estabelecidas por esse mesmo Conselho, para fins específicos.
2. O controlo do risco na actividade da sociedade, assumido como área específica da gestão, é desenvolvido pelos órgãos: Controlo Geral e Comissão de Análise dos Contratos, referenciados no ponto 2. do Cap. IV – Órgão de Administração.
3. Não foram adoptadas quaisquer medidas defensivas relativamente ao êxito de ofertas públicas de aquisição. Não há limitações ao direito de voto, nem restrições à transmissibilidade de acções, como não há direitos especiais de qualquer accionista. Não são conhecidos acordos parassociais.

Capítulo IV – Órgão de Administração

1. A administração da sociedade é exercida pelo Conselho de Administração constituído por um presidente eleito em assembleia geral e por seis administradores executivos:

Eng.º António Luís Amorim Martins - presidente
Ademar Américo Soares Paiva
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia
Carlos da Silva Teixeira Mourão
Eng.º Carmo Coelho Moreira Pereira
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Eng.º Ricardo Manuel de Araújo Catarino

não sendo considerados como administradores independentes:

Eng.º António Luís Amorim Martins, por detenção da participação de 25.59%; e
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins, por razões de parentesco

Cargos desempenhados nas sociedades do grupo:

Carlos da Silva Teixeira Mourão, gerente de Conduril – Engenharia (Angola), Lda.
Eng.º Carmo Coelho Moreira Pereira, gerente da ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.

2. Para actuação em áreas específicas da gestão, existem os órgãos seguintes:

Comissão de Análise dos Contratos

composição: todos os administradores envolvidos nos contratos de empreitadas que a empresa subscreve.

atribuições: verificar se os requisitos dos contratos de empreitada estão adequadamente definidos, documentados e conformes às propostas apresentadas, e se estão salvaguardadas as capacidades da sociedade necessárias à sua satisfação.

Controlo geral

composição: Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins, administradora.

atribuições:

- a. controlo do cumprimento dos requisitos legais, incluindo os ambientais, e dos requisitos dos clientes e dos processos de trabalho estabelecidos, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade - NP EN ISO 9001, certificado pela APCER ;
 - b. auditoria financeira interna, incluindo tesouraria, contabilidade e fiscalidade.
 - c. controlo orçamental: das obras, dos serviços e geral da empresa;
 - d. avaliação da estrutura e governo societário.
3. Não existe comissão executiva. O Conselho de Administração reúne, em regra, duas vezes por mês, com convocatória que inclui a agenda coordenada pelo seu presidente.
 4. A política de remuneração assenta no objectivo central de remunerar o nível de desempenho, de forma equilibrada e estimulante, com atenção aos interesses da sociedade e à envolvente externa.
 5. A remuneração dos administradores, constituída exclusivamente por parte fixa, atingiu o montante global de 703 988 euros.

CONTAS INDIVIDUAIS

- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

ACTIVO	2005			unid. EUR 2004
	AB	AA	AL	AL
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	894	112	782	
	894	112	782	
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	6 808 082	154 263	6 653 818	6 661 883
Edifícios e outras construções	14 492 176	8 039 519	6 452 657	7 200 262
Equipamento básico	24 435 407	19 100 606	5 334 801	2 965 383
Equipamento de transporte	6 769 400	4 644 010	2 125 390	773 126
Ferramentas e utensílios	97 312	27 136	70 176	57 364
Equipamento administrativo	906 634	633 269	273 365	156 475
Imobilizações em curso	350 822		350 822	600 196
	53 859 832	32 598 803	21 261 030	18 414 689
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo	3 453 841		3 453 841	3 182 744
Empréstimos a empresas do grupo	39 903		39 903	35 233
Títulos e outras aplicações financeiras	327 291		327 291	327 274
	3 821 035		3 821 035	3 545 251
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias primas, subsid. e de consumo	3 056 278	40 778	3 015 500	1 811 652
Produtos e trabalhos em curso	2 340 175		2 340 175	1 426 760
Produtos acabados e intermédios	600 199		600 199	634 304
	5 996 651	40 778	5 955 873	3 872 716
Dívidas de terceiros - curto prazo				
Clientes c/c	42 210 961		42 210 961	36 895 213
Clientes c/ retenção de garantias	3 426 595		3 426 595	2 611 226
Clientes de cobrança duvidosa	860 277	860 277		
Adiantamentos a Fornecedores	858 594		858 594	688 972
Estado e outros entes públicos	1 330 884		1 330 884	223 253
Outros devedores	6 429 063		6 429 063	3 341 275
	55 116 374	860 277	54 256 097	43 759 939
Títulos negociáveis				
Outros títulos negociáveis				919 103
				919 103
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	5 948 495		5 948 495	5 231 670
Caixa	257 296		257 296	22 929
	6 205 791		6 205 791	5 254 599
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	11 865 818		11 865 818	6 095 429
Custos diferidos	333 343		333 343	371 551
Activos por impostos diferidos	440 858		440 858	1 254 252
	12 640 019		12 640 019	7 721 232
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		32 598 914		
TOTAL DE AJUSTAMENTOS		901 055		
TOTAL DO ACTIVO	137 640 595	33 499 969	104 140 626	83 487 529

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

unid. EUR

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2 005	2 004
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	10 000 000	10 000 000
Acções Próprias		
Valor nominal	-1 000 000	-1 000 000
Prémios e descontos	50 000	50 000
Ajustamento de partes de capital filiais e associadas	694 206	-15 109
Reservas de reavaliação	6 144 185	6 681 377
Reservas		
Reservas legais	906 856	815 856
Outras reservas	4 652 232	3 914 415
Ressultados transitados	2 421 399	1 884 207
	23 868 878	22 330 746
Resultado líquido do exercício	3 626 308	1 813 988
Total do capital próprio	27 495 186	24 144 734
Provisões		
Outras provisões	752 801	1 028 503
	752 801	1 028 503
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Dívidas a instituições de crédito		1 125 000
Outros empréstimos obtidos	7 707 046	5 000 000
Fornecedores de imobilizado, c/c	2 472 112	1 543 865
	10 179 158	7 668 865
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	16 665 241	12 192 962
Fornecedores, c/c	24 666 215	13 754 220
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	322 614	1 048 036
Fornecedores - Títulos a pagar	2 730 639	711 287
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar	17 564	
Adiantamentos de clientes	5 010 325	3 608 142
Outros empréstimos obtidos	1 814 330	5 476 107
Fornecedores de imobilizado, c/c	1 747 161	872 474
Estado e outros entes públicos	3 402 973	4 631 329
Outros credores	1 550 759	1 400 258
	57 927 820	43 694 816
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	2 626 644	1 053 573
Proveitos diferidos	3 013 845	3 671 591
Passivos por impostos diferidos	2 145 172	2 225 449
	7 785 661	6 950 612
Total do passivo	76 645 440	59 342 796
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	104 140 626	83 487 529

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

unid. EUR

<u>CUSTOS E PERDAS</u>	<u>2 005</u>		<u>2004</u>	
Custo das merc. vendidas e das mat.cons.				
Matérias	24 587 254	24 587 254	11 160 713	11 160 713
Fornecimentos e serviços externos		43 258 289		28 066 805
Custos com o pessoal				
Remunerações	10 683 352		8 479 645	
Encargos sociais				
Pensões	158 645		230 772	
Outros	3 753 724	14 595 721	2 342 593	11 053 010
Amortiz.imobilizado corpóreo e incorpóreo	3 696 897		2 261 477	
Ajustamentos	226 946	3 923 843	556 772	2 818 250
Impostos	1 166 132		938 404	
Outros custos operacionais	226 361	1 392 493	874 136	1 812 539
(A)		87 757 601		54 911 316
Perdas em empresas do grupo e associadas	9 959		19 122	
Amortiz. e ajust. de aplic. e invest. financeiros			91 670	
Juros e custos similares				
Outros	5 460 923	5 470 882	2 051 775	2 162 567
(C)		93 228 483		57 073 883
Custos e perdas extraordinários		260 766		205 600
(E)		93 489 249		57 279 483
Imposto s/ rendimento do exercício		2 679 770		1 786 629
(G)		96 169 019		59 066 111
Resultado líquido do exercício		3 626 308		1 813 988
		<u>99 795 327</u>		<u>60 880 099</u>
<u>PROVEITOS E GANHOS</u>				
Vendas				
Produtos	110 646			
Prestações de serviços	85 075 025	85 185 671	57 461 599	57 461 599
Variação da produção		963 166		-2 384 949
Trabalhos para a própria empresa		396 821		2 001 805
Proveitos suplementares	3 057 364		913 285	
Outros proveitos e ganhos operacionais	812 412		1 122 464	
Reversões de amortizações e ajustamentos		3 869 777	322	2 036 071
(B)		90 415 435		59 114 527
Ganhos em empresas do grupo e associadas	395 003		625 171	
Rendimentos de participação de capital				
Relativos a outras empresas	466 375			
Outros juros e proveitos similares				
Outros	8 063 380	8 924 758	878 874	1 504 045
(D)		99 340 193		60 618 249
Proveitos e ganhos extraordinários		455 134		261 850
(F)		<u>99 795 327</u>		<u>60 880 099</u>
Resultados operacionais	(B) - (A)	2 657 834		4 203 211
Resultados financeiros	(D - B) - (C-A)	3 453 876		- 658 844
Resultados correntes	(D) -(C)	6 111 710		3 544 366
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	6 306 078		3 600 616
Resultado líquido do exercício	(F) - (G)	3 626 308		1 813 988

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

unid. Euro

	Exercício	
	2005	2004
Vendas e prestações de serviços	85 185 671	57 461 599
Custo das vendas e das prestações de serviços	82 142 064	51 354 239
Resultados brutos	3 043 607	6 107 360
Outros proveitos e ganhos operacionais	5 179 699	947 835
Custos de distribuição	0	0
Custos administrativos	3 259 878	1 900 304
Outros custos e perdas operacionais	2 353 907	1 444 084
Resultados operacionais	2 609 521	3 710 807
Custo líquido de financiamento	815 941	849 720
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	385 045	606 049
Ganhos (perdas) em outros investimentos	466 375	83 680
Resultados não usuais ou não frequentes	3 661 078	49 800
Resultados correntes	6 306 078	3 600 616
Impostos sobre os resultados correntes	2 679 770	1 786 629
Resultados correntes após impostos	3 626 308	1 813 987
Resultados extraordinários	0	0
Impostos sobre os resultados extraordinários	0	0
Resultados líquidos	3 626 308	1 813 987
Resultados por acção	2.01	1.01

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Conduril – Construtora Duriense, S.A. é uma sociedade anónima, com sede em Ermesinde, constituída em 14 de Fevereiro de 1959 e que tem como actividade principal o desenvolvimento de empreitadas públicas ou particulares e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa actividade.

A Empresa irá preparar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas, em separado.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

Não foram derogadas quaisquer disposições do POC.

2. ALTERAÇÃO DO CONTEÚDO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2005, a Empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas. NO entanto, por forma a acolher as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas apresentando-se de acordo com o referido decreto.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Pelo facto da Empresa utilizar nas suas demonstrações financeiras individuais o método de equivalência patrimonial, foram ainda usadas para a sua preparação as demonstrações financeiras das empresas do grupo e associadas, influenciando assim o valor inscrito nas rubricas de Investimentos financeiros no Activo, Ganhos e Perdas de rendimentos de capital em empresas do grupo e associadas evidenciadas nas Demonstrações dos resultados e Ajustamentos de partes de capital, relevados no Capital próprio.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

Os terrenos e edifícios pertences da Empresa estão registados ao valor de mercado, com base em avaliações realizadas por uma entidade independente de avaliadores, tendo durante o exercício de 2004 sido efectuada nova reavaliação dos terrenos e edifícios. O aumento ou diminuição para o valor actual foi registado no excedente originado aquando da primeira avaliação e incluído no capital próprio, em conformidade com a Directriz Contabilística nº 16 – Reavaliação de activos imobilizados tangíveis.

Todas as restantes imobilizações corpóreas são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição. Alguns destes bens foram posteriormente reavaliados segundo diplomas legais, de acordo com as disposições referidas na Nota 12 (ver também Nota 13).

As amortizações e reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes sobre o valor de custo ou de reavaliação. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens, e correspondem às taxas máximas indicadas no Decreto Regulamentar nº. 2/90, de 12 de Janeiro.

b) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é

registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Anualmente as participações financeiras em empresas do Grupo são registadas à taxa de câmbio vigente na data de balanço, por contrapartida da conta Ajustamentos em partes de capital.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo, ao valor nominal convertido à taxa de câmbio vigente na data do balanço.

d) Existências

Matérias primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências no caso deste ser inferior ao custo.

Produtos em curso e produtos acabados

O proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística nº 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos de medição ou outras formas que permitam estimar com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente. Quando não é possível estimar com razoável fiabilidade, os proveitos bem como os custos, os custos incorridos ficam registados em Existências – Produtos e trabalhos em curso. Nesses casos, os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados tendo por base o custo de construção, conforme definido no caderno de encargos, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

f) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e subcontratos.

g) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

4. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

1 USD	=	23 675.00 Meticais
1€	=	0.091556 Ditham Marroquio
1 €	=	0.845952 USD

6. IMPOSTOS

A Empresa reconhece os ajustamentos referentes a saldos de activos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos, em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28 – Impostos sobre o Rendimento. Independentemente do momento do pagamento ou liquidação do imposto, desde que ocorra o facto gerador, e quando reversível, ele é registado nas demonstrações financeiras da Empresa. Em 31 de Dezembro de 2005, pode ser assim decomposto

Impostos diferidos activos:

Fundo de Pensões	204 282 €
Provisões não aceites fiscalmente	236 576 €

Impostos diferidos passivos: referem-se aos efeitos nas amortizações futuras não aceites fiscalmente e decorrentes da reavaliação legal e das diversas reavaliações livres.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoal da Empresa durante o exercício de 2005 foi de:

Sede – 391

Sucursal de Angola – 252

Delegação de Moçambique – 233

Sucursal de Marrocos – 5

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o ano o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transfe-rências	Diminui-ções	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de instalação		894			894
		894			894
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	6 760 681	47 401			6 808 082
Edifícios e outras construções	14 159 942	332 234			14 492 176
Equipamento básico	23 216 151	4 388 594	-517	3 167 817	24 436 411
Equipamento de transporte	4 669 697	2 243 785		144 082	6 769 400
Ferramentas e utensílios	69 959	25 833	517		96 309
Equipamento administrativo	720 236	186 398			906 634
Imobilizações em curso	600 196	72 708		322 082	350 822
	50 196 862	7 296 952	0	3 633 981	53 859 833
Investimentos Financeiros					
Partes capital em empresas grupo	3 182 744	359 058		87 961	3 453 841
Empréstimos a empresas grupo	35 233	4 670			39 903
Títulos e outras aplic.financeiras	327 274	17			327 291
	3 545 251	363 745		87 961	3 821 035

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Transfe-rências	Regulari-zações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de instalação		112			112
		112			112
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	98 798	55 466			154 264
Edifícios e outras construções	6 959 680	1 079 838			8 039 518
Equipamento básico	20 250 768	1 593 312	517	2 743 982	19 100 615
Equipamento de transporte	3 896 571	883 605		136 166	4 644 010
Ferramentas e utensílios	12 595	15 094	-517	44	27 127
Equipamento administrativo	563 761	69 464		-44	633 269
	31 782 173	3 696 779		2 880 148	32 598 803

O movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros reflecte a aplicação do método de equivalência patrimonial.

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Dec.Lei nº. 430/78, de 27 de Dezembro
 Dec.Lei nº. 219/82, de 2 de Junho
 Dec.Lei nº. 399/G/84, de 28 de Dezembro
 Dec.Lei nº. 118/B/86, de 27 de Maio
 Dec.Lei nº. 111/88, de 2 de Abril
 Dec.Lei nº. 49/91, de 25 de Janeiro
 Dec.Lei nº. 264/92, de 24 de Novembro
 Dec.Lei nº. 31/98, de 11 de Fevereiro
 Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a duas reavaliações livres, em 2001 e 2004.

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2004, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custo histórico (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2 690 172	3 963 646	6 653 818
Edifícios e outras construções	2 183 171	4 269 486	6 452 657
Equipamento básico	5 253 906	82 924	5 336 830
Equipamento de transporte	2 092 664	32 726	2 125 390
Ferramentas e utensílios	68 147		68 147
Equipamento administrativo	272 482	883	273 365
	12 560 542	8 349 666	20 910 208

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações líquidas de amortizações

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2005a Sede da Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Valores de aquisição	Amortizações do exercício acumuladas	Valor contabilístico
Equipamento básico	4 190 478	1 709 327	2 481 151
Equipamento de transporte	2 630 470	1 316 298	1 314 172

Conforme indicado na Nota 3.c), a Empresa regista os seus bens pelo método financeiro.

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas do grupo eram as seguintes:

Firma e sede	Fracção de capital detido	Capital próprio	Resultado do Exercício
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. Av ^a . 25 de Setembro, 1123-10 ^o Maputo - Moçambique	85.47%	1 731 649	52 288
Conduril – Engenharia (Angola), Lda. R. Kima Kyenda 2 - IL Luanda - Angola	99%	1 892 727	122 945
Mabalane – Inertes, Lda. Av ^a . 25 de Setembro, 1123-10 ^o Maputo - Moçambique	85%	-10 192	10 687
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, SA Av. Eng ^o . Duarte Pacheco, 1835 Ermesinde - Valongo - Portugal	100%	100 000	0
Edifer/RRC/Conduril, ACE R. das Fontainhas, 62 Venda Nova 2701-358 - Amadora	33.33%	-28	-28
Groupment Adriano / Jaime Ribeiro / Conduril Construções, ACE R. Maria da Paz Varzim, 116 4490-658 Póvoa de Varzim	33.33%	-	-

31. Valor global dos compromissos financeiros que não figuram no balanço e compromissos relativos a pensões:

a) Responsabilidade por letras descontadas: o montante de letras descontadas em 31 de Dezembro de 2005 era de 375 500 euros.

b) Fundo de pensões: A Empresa aderiu a um Fundo de Pensões de benefício definido a fim de voluntariamente complementar as pensões de reforma concedidas aos seus empregados pela Segurança Social. A responsabilidade não coberta, por serviços passados, no valor de 742 843 euros, encontra-se registada na rubrica de Provisões para Outros riscos e encargos (Nota 34).

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 44 913 676 euros, relacionadas com as empreitadas.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2004, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Regulariz	Saldo final
19 – Ajust. de apações de tesouraria	89 255	11 276	100 531	0
28 – Ajust. de dívidas a receber	222 967 550	310 101		860 277
291 – Provisão p/ pensões	1 015 980	158 645	431 782	742 843
298 – Outras provisões	12 523	9 959	12 523	9 959
39 – Ajust. de existências				
Materiais de consumo	33 420	7 358		40 778

A diminuição verificada na rubrica Outras provisões refere-se à redução de provisões em empresas do grupo no valor de 12 523 euros, tendo sido registada por contrapartida da rubrica de Reversões de ajustamentos de investimentos financeiros. O movimento ocorrido na rubrica Provisões para pensões decorre da aplicação da Directriz n.º 19. O montante de 431 782 euros respeita às contribuições do ano de 2005. O montante de 158 645 respeita ao custo do exercício de 2005 (serviços correntes). A regularização dos Ajustamentos de aplicações de tesouraria foi feita por contrapartida de Reversões de ajustamentos de aplicações financeiras.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2005 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.000.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

39. VARIAÇÃO DAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Reservas de reavaliação				
Dec. Lei nº. 31/98, de 11 de Fevereiro	86 914		53 334	33 580
Reserva de reavaliação livre - 2001	5 064 342		483 859	4 580 483
Reserva de reavaliação livre - 2004	1 530 121			1 530 121
total	6 681 377		537 192	6 144 185

40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio no exercício de 2005 foi:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Capital	10 000 000			10 000 000
52 - Acções próprias				
521 - Valor nominal	-1 000 000			-1 000 000
522 - Descontos e prémios	50 000			50 000
55 - Ajust.part.capital em Emp.Grupo	-15 109	859 715	150 399	694 207
56 - Reservas de reavaliação	6 681 377	2 765 575	537 192	8 909 760
57 - Reservas				
571 - Reservas legais	815 856	91 000		906 856
574 - Reservas livres	3 914 415	737 817		4 652 232
59 - Resultados Transitados	1 884 207	537 192		2 421 399
88 - Resultados líquidos	1 813 988	3 626 308	1 813 988	3 626 308

Os movimentos ocorridos na rubrica 55 decorrem de dois movimentos:

1 – resultados levados a lucros não distribuídos: 625 171 €

2 – da variação cambial nas participadas decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no exercício de 2004 foi determinado como segue:

Movimentos	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	1 845 072
Compras	25 798 460
Existências finais	3 056 278
Custo no exercício	24 587 254

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2004 é como segue:

Movimentos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados
Existências finais	1 426 760	634 304
Regularização das existências		83 857
Existências iniciais	2 340 175	600 199
	913 414	49 752

O custo das vendas e prestações de serviços apresentado na demonstração dos resultados por funções foi calculado como segue:

Movimentos	Prestação de serviços
Entradas provenientes da produção	81 745 243
Saídas para a produção e imobilizado	396 821
Custo das vendas e prestação de serviços	82 142 064

A Demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com a Directriz nº. 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários deferente do que está definido no Plano Oficial de Contabilidade para a Demonstração dos resultados por naturezas. Assim, o valor total de 194 368 euros apresentado em resultados extraordinários na Demonstração dos resultados por naturezas foi reclassificado na Demonstração dos resultados por funções, e na sua totalidade, para resultados correntes.

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício de 2004 foram respectivamente:

Conselho de Administração - 703 988 €
Fiscalização - 13 943 €

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS

As vendas e prestações de serviços em 2005 distribuem-se da seguinte forma:

mercado interno - 42 078 673 €
mercado externo - 43 106 999 €

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
681 - Juros suportados	992 686	911 679	781 - Juros obtidos	688 952	111 987
682 - Perdas empresas do grupo	9 959	19 122	782 - Ganhos emp.grupo	395 003	625 171
684 - Ajust. de aplicações financeiras		91 670	784 - Rend. part. capital	466 375	641 516
685 - Dif. câmbio desfavoráveis	3 938 122	732 977	785 - Dif.câmbio favoráveis	7 145 566	641 516
686 - Desc. p.p. concedidos		85	786 - Desc. p.p. obtidos	90 962	41 642
688 - Outros custos e perdas	530 115	407 034	788 - Reversões e outros		
Resultados financeiros	3 453 876	-658 522	proveitos e ganhos	137 899	83 730
	8 924 758	1 504 045		8 924 758	1 504 045

As diferenças cambiais registadas devem-se essencialmente à sucursal de Angola e à delegação de Moçambique. Os Ganhos em empresas do grupo decorrem da aplicação do método de equivalência patrimonial às participações na Conduril Engenharia (Angola), Lda. (121 715 euros), ENOP-Engenharia e Obras Públicas, Lda. (44 690 euros) e Mabalane - Inetes, Lda. (17 748 euros). A rubrica Outros custos e perdas financeiras inclui essencialmente comissões com garantias.

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
691 - Donativos	10 233	28 376	794 - Ganhos em imobilizações	176 129	67 107
692 - Dívidas incobráveis		9 759	795 - Benef. penal.contratuais	1 500	1 043
694 - Perdas em imobilizações		35 041	796 - Redução de provisões		322
695 - Multas e penalidades	7 293	21 853	798 - Outros proveitos e		
697 - Cor.rel. exercícios anteriores	129 833	110 571	ganhos extraordinários	277 505	193 379
698 - Outros custos e perdas extraord.	113 406				
Resultados extraordinários	194 368	56 250			
	455 134	261 850		455 134	261 850

48. Do papel comercial contratado de 5 000 000 de euros, já se utilizaram 5 000 000 euros.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis apresento o meu Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais da CONDURIL - Construtora Duriense, S.A., relativos ao exercício de 2005.

No decurso deste acompanhei a actividade desenvolvida pela Empresa, designadamente através de informações obtidas junto do Conselho de Administração e da leitura das actas das reuniões deste, e obtive toda a informação, esclarecimentos e documentação solicitada.

Os controlos, verificações e análises que realizei confirmam os valores constantes das demonstrações financeiras e permitem afirmar que os documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório do Conselho de Administração, são adequados à compreensão da situação da Empresa no fim do exercício e satisfazem o que a lei exige sobre a matéria.

Emiti a certificação legal das contas, a qual se considera fazendo parte deste relatório, e em consequência manifesto que é minha convicção que deverão ser aprovados o Relatório e Contas individuais, relativos ao exercício de 2005, apresentados pelo Conselho de Administração, e que a Proposta de aplicação dos resultados está em condições de ser apreciada.

Linda-A-Velha, 14 de Março de 2006

O Fiscal Único

Crisóstomo Aquino de Barros

CRISÓSTOMO AQUINO DE BARROS
R.O.C. inscrito com o n.º 78
Rua João Chagas,159-3-E
Linda-A-Velha

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 104 140 627 euros e um total de capital próprio de 27 495 186 euros, incluindo um resultado líquido de 3 626 308 euros), as Demonstração dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - * a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - * a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - * a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - * a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

8. Sem alterar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para o facto das denominações dos valores apresentados para efeitos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, terem sido alterados a fim de estarem conformes com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Linda-A-Velha, 14 de Março de 2006

Crisóstomo Aquino de Barros

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Conduril – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de 104.140.626 euros e um total de capital próprio de 27.495.186 euros, incluindo um resultado líquido de 3.626.308 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Conduril – Construtora Duriense, S.A.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Conduril – Construtora Duriense, S.A., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção, para o facto de, tal como referido na Nota 2 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, os valores apresentados para efeitos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram reexpressos a fim de acolher as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 35/ 2005 de 17 de Fevereiro.

Porto, 6 de Março de 2006

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
E CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e das normas de consolidação de contas, submetemos à apreciação de V.Ex^{as}. o Relatório Consolidado de Gestão e Contas Consolidadas relativas ao ano de 2004, apresentado em complemento ao Relatório de Gestão e Contas Individuais.

Não obstante os conhecidos constrangimentos que o sector das obras públicas tem vivido em Portugal nos últimos anos, o exercício de 2005 proporcionou o crescimento do grupo em todos os países em que actua, com particular realce para o mercado externo, no qual os réditos de vendas e prestação de serviços ascenderam a 43.5 milhões de euros, representativos do crescimento de 74% relativamente ao ano de 2004.

O grupo detém em carteira empreitadas no valor de 366 milhões de euros e, tendo realizado a produção efectiva global de 100.3 milhões de euros, estima o crescimento de 20% para o ano de 2006.

As empresas do grupo situadas no estrangeiro, Conduril – Engenharia (Angola), Lda, ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda e Mabalane – Inertes, Lda., estão perfeitamente integradas na estratégia do grupo, com disponibilidade de boas capacidades comerciais, técnicas e económicas, favorecidas por uma enraizada integração local. A produção global destas empresas atingiu o valor de 5.5 milhões em 2005.

O cash flow operacional gerado pelo grupo atingiu o valor de 8.37 milhões de euros e o resultado líquido do exercício foi de 3 626 308 euros.

A política de gestão do risco de câmbio associado aos investimentos no estrangeiro vai continuar a merecer-nos os cuidados requeridos.

A actividade directa da empresa mãe, CONDURIL Construtora Duriense, SA , está adequadamente desenvolvida no Relatório de Gestão e Contas Individuais.

Ermesinde, 6 de Março de 2006

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO em 31.12.2005

ACTIVO	2005			unid. EUR
				2004
	AB	AA	AL	AL
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	108 657	101 295	7 362	1 066
	108 657	101 295	7 362	1 066
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	6 808 082	154 263	6 653 819	6 661 883
Edifícios e outras construções	15 053 806	8 170 199	6 883 607	7 654 042
Equipamento básico	31 896 399	23 657 644	8 238 755	4 987 742
Equipamento de transporte	8 032 894	5 404 814	2 628 080	1 784 565
Ferramentas e utensílios	181 568	65 272	116 296	57 364
Equipamento administrativo	1 091 768	703 949	387 819	306 744
Outras imobilizações corpóreas	57 754	52 010	5 744	947
Imobilizações em curso	2 316 724		2 316 724	804 656
	65 438 994	38 208 151	27 230 843	22 257 943
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo				3106
Títulos e outras aplicações financeiras	327 291		327 291	327 274
	327 291		327 291	330 380
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias primas, subsid. e de consumo	3 696 131	40 778	3 655 353	2 227 799
Produtos e trabalhos em curso	4 632 665		4 632 665	1 524 717
Produtos acabados e intermédios	600 199		600 199	634 304
	8 928 995	40 778	8 888 217	4 386 820
Dívidas de terceiros - curto prazo				
Clientes c/c	48 002 208	210 361	47 791 847	38 664 032
Clientes c/ retenção de garantias	3 502 549		3 502 549	2 624 547
Clientes de cobrança duvidosa	860 277	860 277		
Adiantamentos a Fornecedores	1 001 690		1 001 690	69 582
Estado e outros entes públicos	1 785 653		1 785 653	343 603
Outros devedores	2 141 426		2 141 426	1 767 646
	57 293 803	1 070 638	56 223 165	43 469 410
Títulos negociáveis				
Outros títulos negociáveis	2 367		2 367	919 103
	2 367		2 367	919 103
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	6 235 743		6 235 743	5 491 776
Caixa	265 137		265 137	29 520
	6 500 879		6 500 879	5 521 296
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	11 980 874		11 980 874	5 824 737
Custos diferidos	603 363		603 363	474 546
Activos por impostos diferidos	440 858		440 858	1 254 252
	13 025 095		13 025 095	7 553 535
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		38 309 446		
TOTAL DE AJUSTAMENTOS		1 111 416		
TOTAL DO ACTIVO	151 626 080	39 420 862	112 205 218	84 439 553

BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO em 31.12.2005

unid. EUR

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2 005	2 004
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	10 000 000	10 000 000
Acções Próprias		
Valor nominal	-1 000 000	-1 000 000
Prémios e descontos	50 000	50 000
Diferenças de consolidação	280928	280928
Reservas de reavaliação	6 677 118	7 262 524
Reservas		
Reservas legais	906 856	815 856
Outras reservas	4 652 232	3 914 415
Resultados transitados	2 301 744	1 007 023
	23 868 878	22 330 746
Resultado líquido do exercício	3 626 308	1 813 988
Total do capital próprio	27 495 186	24 144 734
INTERESSES MINORITÁRIOS		
	269 007	271 169
Provisões		
Provisões para pensões	742 843	1 015 980
	742 843	1 015 980
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Dívidas a instituições de crédito		1 125 000
Fornecedores de imobilizado, c/c	2 472 112	1 543 865
Outros empréstimos obtidos	7 973 013	5 000 000
Outros credores		239 422
	10 445 125	7 908 287
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	17 846 383	13 176 863
Fornecedores, c/c	27 910 000	13 368 389
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	332 136	1 048 036
Fornecedores - Títulos a pagar	2 730 639	711 287
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar	17 564	
Adiantamentos de clientes	5 684 946	3 701 211
Outros empréstimos obtidos	1 814 330	5 476 107
Fornecedores de imobilizado, c/c	1 747 161	872 474
Estado e outros entes públicos	4 153 824	5 396 956
Outros credores	2 331 135	402 773
	64 568 118	44 154 096
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	2 943 340	1 048 249
Proveitos diferidos	3 596 427	3 671 591
Passivos por impostos diferidos	2 145 172	2 225 447
	8 684 939	6 945 287
Total do passivo	84 441 024	60 023 650
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO	112 205 217	84 439 553

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

unid. EUR

CUSTOS E PERDAS	2 005		2004	
Custo das merc. vendidas e das mat.cons.				
Matérias	27 892 021	27 892 021	11 798 812	11 798 812
Fornecimentos e serviços externos		45 692 758		25 663 877
Custos com o pessoal				
Remunerações	10 861 648		8 143 746	
Encargos sociais				
Pensões	158 645		230 772	
Outros	3 979 651	14 999 944	2 437 267	10 811 785
Amortiz.imobilizado corpóreo e incorpóreo	4 858 691		3 116 923	
Ajustamentos	299 654	5 158 345	556 772	3 673 695
Impostos	1 234 632		1 009 454	
Outros custos operacionais	277 071	1 511 703	886 217	1 895 671
(A)		95 254 771		53 843 840
Perdas em empresas do grupo e associadas	1 268			
Juros e custos similares				
Outros	8 099 169	8 100 437	2 631 623	2 631 623
(C)		103 355 208		56 475 463
Custos e perdas extraordinários		835 225		605 613
(E)		104 190 433		57 081 076
Imposto s/ rendimento do exercício		2 745 999		2 165 175
(G)		106 936 432		59 246 251
Interesses minoritários		10 430		13 445
Resultado líquido do exercício		3 626 308		1 813 988
		<u>110 573 169</u>		<u>61 073 684</u>
<u>PROVEITOS E GANHOS</u>				
Vendas				
Produtos	94 460		1 848	
Prestações de serviços	91 045 672	91 140 132	57 528 470	57 530 318
Varição da produção		2 527 976		-2 369 411
Trabalhos para a própria empresa		529 192		2 037 299
Proveitos suplementares	3 436 083		794 092	
Outros proveitos e ganhos operacionais	835 836	4 271 919	1 122 464	1 916 556
(B)		98 469 219		59 114 762
Rendimentos de participação de capital				
Relativos a outras empresas	466 375			
Outros juros e proveitos similares				
Outros	10 706 764	11 173 139	1 681 083	1 681 083
(D)		109 642 358		60 795 845
Proveitos e ganhos extraordinários		930 810		277 839
(F)		<u>110 573 169</u>		<u>61 073 684</u>
Resultados operacionais	(B) - (A)	3 214 448		5 270 922
Resultados financeiros	(D - B) - (C-A)	3 072 702		- 950 540
Resultados correntes	(D) -(C)	6 287 150		4 320 382
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	6 382 736		3 992 608
Resultado líquido do exercício	(F) - (G)	3 636 737		1 827 433

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

unid Euro

	Exercício	
	2005	2004
Vendas e prestações de serviços	91 140 132	57 530 317
Custo das vendas e das prestações de serviços	87 433 634	51 407 998
Resultados brutos	3 706 498	6 122 319
Outros proveitos e ganhos operacionais	5 031 572	2 375 939
Custos de distribuição	0	0
Custos administrativos	3 781 458	2 205 393
Outros custos e perdas operacionais	2 885 545	1 540 987
Resultados operacionais	2 071 067	4 751 878
Custo líquido de financiamento	310 405	895 613
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	-1 268	0
Ganhos (perdas) em outros investimentos	466 375	83 680
Resultados não usuais ou não frequentes	4 156 966	52 662
Resultados correntes	6 382 735	3 992 607
Impostos sobre os resultados correntes	2 745 999	2 165 175
Resultados correntes após impostos	3 636 736	1 827 432
Interesses minoritários	10 430	13 444
Resultados extraordinários	0	0
Impostos sobre os resultados extraordinários	0	0
Resultados líquidos	3 626 306	1 813 988
Resultados por acção	2.01	1.01

Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa

unid. EUR

	2005		2004	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebido de clientes	69 014 075		50 458 447	
Pago a fornecedores	-54 691 118		-41 854 774	
Pagamentos ao pessoal	-13 628 688		-10 811 785	
Fluxo gerado pelas operações	694 269		-2 208 112	
Recebimentos de imposto sobre o Rendimento	218 224			
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-943 415		-2 165 175	
Outros receb/pag relativos à activ. operacional	-5 007 802		-2 587 554	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-5 038 724		-6 960 841	
Rec. relacionados c/ rubricas extraordinárias	489 612		92 001	
Pag. relacionados c/ rubricas extraordinárias	-84 517		-85 477	
Fluxos das actividades operacionais (1)		-4 633 629		-6 954 317
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	1 581		7 644 477	
Imobilizações corpóreas	13 553		41 029	
Imobilizações incorpóreas	415			
Juros e proveitos similares	92 464			
Dividendos	1 063 962	1 171 976		7 685 506
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações corpóreas	-820 760	-820 760	-754 968	-754 968
Fluxos das actividades de investimento (2)		351 217		6 930 538
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	14 721 503		12 092 355	
Cobertura Prejuízo	15 132			
Juros e custos similares	216 546	14 953 181	53 271	12 145 626
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-6 380 640		-8 223 831	
Dividendos	-360 000		-198 000	
Amortização Contratos Locação Financeira	-1 933 209			
Juros e custos similares	-1 017 336	-9 691 185	-1 142 389	-9 564 220
Fluxos das actividades de financiamento (3)		5 261 996		2 581 406
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		979 584		2 557 627
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 521 296		2 963 669
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 500 879		5 521 296

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2. Discriminação dos componentes de caixa e sua equivalentes:

	2005	2004
Numerário	265 137	29 520
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6 235 743	5 491 776
Disponibilidades constantes do balanço	6 500 879	5 521 296

Nota: Relativamente aos números 1, 3, 4, e 5 nada há a referir

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004**

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

I – Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

Firma e Sede	Fracção de capital detido	Razões de inclusão
Conduril – Construtora Duriense, SA Av ^a Eng Duarte Pacheco, 1835 4445-416 Ermesinde	Empresa Mãe	
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. Av ^a 25 de Setembro, 1123 – 10 ^o Apartamento – A Maputo – Moçambique	85,47%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Conduril – Engenharia (ANGOLA), Lda. Rua Kima Kyenda 2-IL Luanda – Angola	99%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Mabalane – Inertes, Lda. Av ^a 25 de Setembro, 1123 – 10 ^o Porta-F Maputo - Moçambique	85%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Conduril – Gestão de Concessão de Infraestruturas, Lda Av ^a Eng ^o Duarte Pacheco, 1835 Ermesinde	100%	DL.238/91,artº1, nº1, alínea a)
Edifer/RRC/Conduril, ACE Rua das Fontainhas, 62 Venda Nova 2701 -358 Amadora	33.33%	
Goupment Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril Construções, ACE Rua Maria da Paz Varzim, 116 4490-658 Póvoa de Varzim	33.33%	

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o ano de 2005, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de:

Sede – 391
Sucursal de Angola – 252
Conduril Engenharia (Angola), Lda. – 105
Delegação de Moçambique – 233
Sucursal de Marrocos – 5
Groupment Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril – Construções, ACE -14
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda. – 113
Mabalane Inertes, Lda. – 9

II – Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no POC, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho, e com as directrizes contabilísticas da CNC.

III – Informações Relativas aos Procedimentos de Consolidação

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

A diferença entre o valor da participação financeira e o valor proporcional do capital próprio resultante do aumento da participação financeira na ENOP de 60% para 85,47% em 2003, no montante de 280 928 euros, foi registada no capital próprio sob a designação "Diferenças de consolidação". Este valor mantém-se, a 31 de Dezembro de 2005.

IV – Informações Relativas a Compromissos

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

- a) Responsabilidade por letras descontadas: o montante de letras descontadas em 31 de Dezembro de 2005 era de 375 500 euros.
- b) Fundo de pensões: o Grupo aderiu a um Fundo de Pensões de benefício definido a fim de voluntariamente complementar as pensões de reforma concedidas aos seus empregados pela Segurança Social. A responsabilidade não coberta, por serviços passados, no valor de 742.843 euros, encontra-se registada na rubrica de Provisões para pensões.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 44 913 676 euros, relacionadas com as empreitadas.

V – Informações Relativas a Políticas Contabilísticas

23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As principais políticas e critérios de contabilidade adoptados na preparação destas demonstrações financeiras, são como segue:

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica de interesses minoritários.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% foram valorizados ao custo de aquisição.

a) Imobilizações incorpóreas: encontram-se registadas ao custo.

b) Imobilizações corpóreas

Os terrenos e edifícios pertencentes do Grupo estão registados ao valor de mercado, com base em avaliações realizadas por uma entidade independente de avaliadores, tendo durante o exercício de 2004 sido efectuada nova reavaliação dos terrenos e edifícios. O aumento ou diminuição para o valor actual, quando materialmente relevante, é registado no excedente originado aquando da primeira avaliação e incluído no capital próprio, em conformidade com a Directriz Contabilística nº 16 – Reavaliação de activos imobilizados tangíveis.

Todas as restantes imobilizações corpóreas são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição. Alguns destes bens foram posteriormente reavaliados segundo diplomas legais, de acordo com as disposições referidas na Nota 41 (ver também nota 42).

As amortizações e reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes sobre o valor de custo ou de reavaliação. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens, e correspondem às taxas máximas indicadas no Decreto Regulamentar nº. 2/90, de 12 de Janeiro.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

e) Existências

Matérias primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências no caso deste ser inferior ao custo.

Produtos em curso e produtos acabados

O proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento, de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística nº 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos de medição ou outras formas que permitam estimar com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente. Quando não é possível estimar com razoável fiabilidade, os proveitos bem como os custos, os custos incorridos ficam registados em Existências – Produtos e trabalhos em curso. Nesses casos, os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados tendo por base o custo de construção, conforme definido no caderno de encargos, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

f) Especialização de exercícios

O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e subcontratos.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira: 1 USD = 23 675.00 Meticais; 1€ = 0.845952 USD e 1€=0.091556 Dirham marroquino.

VI – Informações Relativas a Determinadas Rubricas

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

No exercício de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transfe-rências	Diminui/ Regul.	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de instalação	1 066	107 591			108 657
	1 066	107 591			108 657
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	6 760 681	47 401			6 808 082
Edifícios e outras construções	14 665 112	430 604		41 910	15 053 806
Equipamento básico	26 529 531	5 792 522	517	426 171	31 896 399
Equipamento de transporte	5 793 867	2 386 451		147 424	8 032 894
Ferramentas e utensílios	69 959	48 775	-517	-63 351	181 568
Equipamento administrativo	939 157	232 823		80 212	1 091 768
Outras imobiliz. corpóreas	54 451	7 820		4 517	57 754
Imobilizações em curso	804 656	2 318 894		806 826	2 316 724
	55 617 414	11 265 290	0	1 443 709	65 438 995
Investimentos Financeiros					
Partes capital em empresas grupo	3 106			3 106	0
Títulos e outras aplic.financeiras	327 274	17			327 291
	330 380	17		3 106	327 291

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Transfe-rências	Dimin./ Regul	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de instalação		101 295			101 295
		101 295			101 295
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	98 798	55 466			154 264
Edifícios e outras construções	7 011 070	1 162 591		3 462	8 170 199
Equipamento básico	21 524 244	2 217 293	517	84 410	23 657 644
Equipamento de transporte	4 009 302	1 187 739		-207 773	5 404 814
Ferramentas e utensílios	12 595	30 496	-517	-22 698	65 272
Equipamento administrativo	632 413	100 866		29 330	703 949
Outras imobilizações corpóreas	53 504	2 945		4 439	52 010
	33 341 926	4 757 396	0	-108 830	38 208 152

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

mercado interno	-	47 612 767 €
mercado externo	-	43 527 365 €

Segmentos de negócio:

Em termos operacionais o Grupo encontra-se organizado em 2 segmentos principais – Obras públicas e privadas.

	2005	2004	2005	2004	2005	2004
RÉDITOS						
Vendas e prestação de serviços	69 277 168	53 336 235	21 862 964	4 194 083	91 140 132	57 530 318
RESULTADOS						
Resultados operacionais	262 249	5 484 488	2 952 199	-213 567	3 214 448	5 270 921
Gastos de Juros					-8 100 435	-2 631 623
Proveitos de juros					11 173 139	1 681 083
Imposto sobre os lucros					-2 745 999	-2 165 175
Result. de actividades ordinárias					3 541 153	2 155 206
Resultados extraordinários					95 585	-327 773
Interesses minoritários					-10 430	-13 445
Resultado líquido					3 626 308	1 813 988
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	107 707 452	80 719 285	3 729 494	2 135 635	111 436 946	82 854 920
Activos da empresa não imputados					327 291	330 380
Activos totais consolidado					111 764 237	83 185 300
Passivo de segmento	76 154 529	50 582 829	1 161 643	3 345 854	77 316 172	53 928 683
Passivos da empresa não imputados					4 979 680	3 869 519
Passivos totais consolidados					82 295 852	57 798 202
Dispêndios de capital fixo	13 392 831	7 707 081	935 650	606 043	14 328 481	8 313 124
Depreciações	4 738 390	2 077 097	331 034	163 332	5 069 424	2 240 429

Segmentos geográficos: a Empresa opera em 4 áreas geográficas: Portugal, Angola, Moçambique e Marrocos.

Réditos de vendas e prestação de serviços por mercados geográficos	2005	2004
Portugal	47 612 767	34 809 288
Angola	31 751 936	16 800 304
Moçambique	7 303 483	5 782 296
Marrocos	4 471 946	138 430
Total	91 140 132	57 530 318

Activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas por área geográfica:

	Activos líquidos segmentais		Investimentos	
	2005	2004	2005	2004
Portugal	62 912 275	55 711 357	4 757 253	3 923 727
Angola	34 719 636	22 135 189	4 480 256	1 019 222
Moçambique	11 268 878	6 593 006	1 540 811	3 370 176
Marrocos	3 304 428		486 970	
Total	112 205 217	84 439 552	11 265 290	8 313 125

38. DIFERENÇAS ENTRE IMPOSTOS IMPUTADOS AO EXERCÍCIO OU A EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGOS OU A PAGAR

Em virtude da adopção da Norma Internacional de Contabilidade nº 12 (Revista) às demonstrações financeiras, o Grupo passou a relevar nas suas demonstrações financeiras, quando relevante para a sua compreensão, os impostos diferidos activos e passivos. Deste modo, independentemente do momento do pagamento ou liquidação do imposto, desde que ocorra o facto gerador, e quando reversível, ele é registado nas demonstrações financeiras da empresa e do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2005, pode ser assim decomposto:

Impostos diferidos activos:

Fundo de Pensões 204 282 euros

Provisões não aceites fiscalmente 236 576 euros

Impostos diferidos passivos: referem-se aos efeitos nas amortizações futuras não aceites fiscalmente e decorrentes da reavaliação legal e das diversas reavaliações livres.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais pelo desempenho das suas funções no exercício de 2004 foram respectivamente:

Conselho de Administração: 703 988 €

Fiscalização: 13 943 €

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a reavaliações livres.

Como referido na nota 23 b), os terrenos e edifícios foram avaliados ao preço de mercado durante o exercício de 2001, por uma entidade independente, credenciada neste tipo de avaliações. No

início de 2004 foi feita nova avaliação pela mesma entidade. O efeito destas reavaliações no valor líquido dos terrenos e do restante imobilizado do Grupo pode ser visto na nota seguinte.

42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2005, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custo histórico (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2 690 172	3 963 646	6 653 818
Edifícios e outras construções	2 305 917	4 577 690	6 883 607
Equipamento básico	7 911 908	326 847	8 238 755
Equipamentos de transporte	2 595 353	32 726	2 628 079
Ferramentas e utensílios	116 296		116 296
Equipamento administrativo	383 970	3 850	387 820
Outras imobilizações corpóreas	5 744		5 744
	16 009 360	8 904 759	24 914 119

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações líquidas de amortizações

43. COMENTÁRIO ÀS CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CUJO CONTEÚDO NÃO É COMPARÁVEL

No exercício de 2005, a Empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas. No entanto, por forma a acolher as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 35/2005, de 17 de Fevereiro, as quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas apresentando-se de acordo com o referido Decreto.

44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
681- Juros suportados	999 907	911 731	781 - Juros obtidos	689 502	122 107
684 -Ajust. de aplic.financeiras	1 268	91 670	784 - Rend. part. capital	466 375	
685 - Dif.câmbio desfavoráveis	6 560 645	1 164 546	785 - Dif.câmbio favoráveis	9 788 401	1 433 605
686 - Desc.p.p.concedidos		85	786- Desc.p.pagº obtidos	90 962	41 642
688 - Outros custos e perdas	538 617	463 590	788 - Reversões e outros		
Resultados financeiros	3 072 702	-950 539	proveitos e ganhos	137 899	83 729
	11 173 139	1 681 083		11 035 240	1 597 354

45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
691 - Donativos	10 233	28 376	794 - Ganhos imobilizações	197 766	67 107
692 - Dívias incobáveis		9 756	795 - Benef.penalid.contrat.	1 600	1 042
694 - Perdas em imobilizações		35 041	796 - Redução de provisões		850
695 - Multas e penalidades	9 673	21 853	797 - Correc.rel. exerc.anter.	30 268	9 659
696 - Aumento amortizações		291 178	798 - Outros prov. e ganhos extraordinários	701 176	199 181
697 - Correc.rel.exerc.anter.	265 443	112 888			
698 - Outros custos e perdas extraordinários	549 875	106 520			
Resultados extraordinários	95 586	-327 773			
	930 810	277 839		930 810	277 839

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
19 - Ajust. p/ aplic. financeiras	89 255	11 276	100 531	
28 - Ajust. de dívidas a receber	866 948	289 638	85 948	1 070 638
29 - Provisão p/ pensões	1 015 980	158 645	431 783	742 843
39 - Ajust. de existências				
Materiais de consumo	33 420	7 358		40 778

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Sede	Valores de aquisição	Amortizações exercício acumuladas	Valores contabilísticos
Equipamento básico	4 190 478	1 709 327	2 481 151
Equipamento de transporte	2 630 470	1 316 298	1 314 172

VII – Outras Informações

49. DÍVIDAS A TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas de médio e longo prazo são essencialmente as seguintes:

Fornecedores de imobilizado: 2 472 112 euros, valor referente aos valores em dívida relativamente a contratos de leasing.

Papel Comercial: 5 000 000 euros.

Crédito bancário da Sucursal de Angola: 2 707 046 euros.

Crédito bancário do Groupment Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril – Construções, ACE: 265 967 euros..

51. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO POR FUNÇÕES

O custo das vendas e prestação de serviços apresentado na demonstração dos resultados por funções foi calculado como segue:

Movimentos	Prestação de serviços
Entradas provenientes da produção	86 904 442
Saídas para a produção e imobilizado	529 192
Custos das vendas e prestação de serviços	87 433 634

A Demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com a Directriz nº. 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários deferente do que está definido no Plano Oficial de Contabilidade para a Demonstração dos resultados por naturezas. Assim, o valor total de 194 368 euros apresentado em resultados extraordinários na Demonstração dos resultados por naturezas foi reclassificado na Demonstração dos resultados por funções, e na sua totalidade, para resultados correntes.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis apresento o meu Relatório e Parecer sobre a fiscalização das Contas consolidadas da CONDURIL - Construtora Duriense, S.A., relativos ao exercício de 2005, as quais me foram submetidas para exame em conjunto com o Relatório consolidado de gestão.

Da verificação das operações de consolidação das contas das empresas englobadas na consolidação concluí que os documentos de prestação de contas consolidadas estão em conformidade com as contas dessas empresas e emiti a respectiva Certificação Legal das Contas, a qual se considera fazendo parte deste relatório.

Em consequência manifesto que é minha convicção que deverão ser aprovados o Relatório e Contas consolidadas, relativos ao exercício de 2005, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Linda-A-Velha, 14 de Março de 2006

O Fiscal Único

Crisóstomo Aquino de Barros

CRISÓSTOMO AQUINO DE BARROS

R.O.C. inscrito com o n.º 78

Rua João Chagas, 159 – 3 – E

Linda-A-Velha

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

2. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro em 2005 (que evidencia um total de 112 205 218 euros e um total de capital próprio de 27 495 186 euros, incluindo um resultado líquido de 3 626 308 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
5. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

8. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - * a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;
 - * a verificação das operações de consolidação;
 - * a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - * a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - * a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

8. Sem alterar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para o facto das denominações dos valores apresentados para efeitos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, terem sido alterados a fim de estarem conformes com o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Linda-A-Velha, 14 de Março de 2006
Crisóstomo Aquino de Barros

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Conduril – Construtora Duriense, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total 112.205.217 euros, um total de interesses minoritários de 269.007 euros e total de capital próprio de 27.495.186 euros, incluindo um resultado líquido de 3.626.308 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Conduril – Construtora Duriense, S.A

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Conduril – Construtora Duriense, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção, para o facto de, tal como referido na Nota 2 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidado, os valores apresentados para efeitos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram reexpressos a fim de acolher as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 35/ 2005 de 17 de Fevereiro.

Porto, 6 de Março de 2006

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

CONDURIL,SA

CONDURIL Construtora Duriense, S.A. - Apartado 1024, 4449-909 Ermesinde - Portugal, Email: expedientegeral@conduril.pt - Tel. 229773920 - Fax 229748668
Sociedade Aberta - Pessoa Colectiva nº 500 070 210 - Capital social: 10 000 000 € - Reg. na C.R.C. do Porto sob o nº.18673 – Alvará nº 568
